

# O PROGRAMA GUARDIÃO RURAL E OS DESAFIOS DA SEGURANÇA NAS COMUNIDADES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL

**Rafael Branquinho da Cunha**

Polícia Militar do Distrito Federal

<https://orcid.org/0000-0003-2495-3909>

**Isângelo Senna**

Polícia Militar Do Distrito Federal

<https://orcid.org/0000-0002-7002-3350>

## Resumo

As comunidades rurais e urbanas enfrentam problemas semelhantes. Isso inclui o abuso de drogas ilícitas, a violência doméstica e as desordens físicas e ambientais. Inobstante, as políticas e a literatura na área da segurança pública, particularmente no Brasil, têm focado quase que exclusivamente nas áreas urbanas e em seus problemas. Buscando preencher essa lacuna na pesquisa e na prática de prevenção criminal, este artigo tem por propósito analisar o processo de implementação do programa Guardiã Rural, o qual se trata de uma iniciativa de prevenção criminal orientada para a comunidade. Por meio do programa, a comunidade rural atua juntamente com a Polícia Militar do Distrito Federal no enfrentamento do crime, do medo do crime e das desordens nas áreas rurais no entorno imediato da capital federal brasileira. Para atingir seus objetivos, o trabalho utiliza métodos qualitativos descritivos de pesquisa, tais como revisão da literatura, análise documental, estudo de casos e observação direta. A estrutura, os impactos, as limitações e os potenciais desdobramentos futuros do programa Guardiã Rural e da segurança pública na área rural do DF também são discutidos.

Palavras-chave: Policiamento rural. Comunidades rurais. Policiamento comunitário. CPTED. Polícia Militar.

## THE RURAL GUARDIAN PROGRAM AND THE SECURITY CHALLENGES IN RURAL COMMUNITIES OF THE FEDERAL DISTRICT

### ABSTRACT

Rural communities face similar problems in comparison with their counterparts in urban centers. It includes substance abuse, violent crime, and environmental and social disorder. Even so, the public safety policies and literature, particularly in Brazil, have almost exclusively focused on the urban settings and their problems. To fulfil such a gap in the crime prevention practice and research, the purpose of this paper is to analyse the implementation process of the Rural Guardian program. It is a community-based crime prevention initiative in which local countryside residents work alongside the Federal District Military Police aiming to tackle crime, fear of crime and disorder in the rural areas surrounding the Brazilian federal capital. In order to achieve its goals, this work applies descriptive qualitative research methods such as literature review, case studies, direct observations and document analyses. The program framework, impacts, limitations and its potential future paths in face of the public security in the rural area of the Federal District are also discussed.

## Keywords:

Rural policing. Rural communities. Community policing. CPTED. Military Police.

## Introdução

*“Eu gosto das aldeias socegadas, Com seu aspecto calmo e pastoril,  
Erguidas nas collinas azuladas - Mais frescas que as manhãs finas d’Abril.”*

**Versos de Antônio Gomes Leal**

Tanto o português clássico quanto o campo bucólico e pacífico dos poemas de Antônio Gomes Leal há bastante tempo não são mais realidade em boa parte de nosso país. O crime nas zonas rurais, outrora circunscrito a disputas fundiárias ou à violência doméstica, hodiernamente apresenta novas faces. Do novo cangaço (AQUINO, 2021), aos pequenos furtos realizados para sustentar a dependência química de seus perpetradores, a violência vem sendo cada vez mais motivo de preocupação nas zonas rurais.

A crescente criminalidade no campo tem gerado elevados custos para as comunidades rurais (SANTOS; BONIN, 2020). A violência atinge a integridade física e emocional das pessoas e produz significativos impactos sociais (HARKNESS, 2017). Por outro lado, as alternativas policiais tradicionais de prevenção do crime, já insuficientes nas áreas urbanas (BAYLEY, 2001), revelam-se ainda menos eficazes nas áreas rurais.

A boa notícia é que no Brasil têm surgido vários programas voltados para a segurança rural que já nascem sob a premissa da participação comunitária (COSTA, 2016). Um desses programas é o Guardião Rural da Polícia Militar do Distrito Federal. O presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de implementação e as contribuições desse programa que teve sua gênese na região rural oeste do Distrito Federal (DF), além de ampliar a discussão sobre a segurança rural na capital federal.

O Guardião Rural é uma estratégia de segurança pública de prevenção criminal. Além de prevenir o crime comum, o programa objetiva a mitigação dos riscos à vida e à atividade rural. O programa também atua para prevenir e coibir o parcelamento irregular de terras ao mesmo tempo em que ajuda a promover melhores condições de desenvolvimento do agronegócio na Região Metropolitana de Brasília.

Ao longo deste trabalho, descreve-se e analisa-se o processo que tornou o Guardião Rural uma iniciativa de polícia comunitária e segurança pública preventiva, com ampla aceitação por parte da comunidade. Parte da memória de implementação da iniciativa é reconstituída a partir de experiências pessoais e profissionais de um dos autores do trabalho como gestor a frente do programa. São realizados o relato de fatos afetos à história da iniciativa, a análise de dados da região rural do DF e reflexões acerca de experiências havidas durante a atuação no programa.

O artigo analisa o caso do Guardião Rural à luz de abordagens da psicologia social e da criminologia ambiental. Igualmente, tem-se em conta a doutrina de policiamento comunitário (ou de proximidade) e a Prevenção Criminal pelo Design Ambiental (do inglês: “Crime Prevention Through Environmental Design – CPTED”) (SENNA; VASCONCELOS; IGLESIAS, 2021).

Do ponto de vista metodológico, o trabalho abrange tópicos e ferramentas de pesquisa das ciências sociais e humanas. São utilizados métodos qualitativos descritivos de pesquisa, tais como revisão da literatura, análise documental, estudos de casos e observação direta.

Inicialmente, são abordados aspectos agropecuários, a geografia da região rural oeste e a recapitulação histórica do policiamento rural e do programa Guardião Rural. Em seguida, descreve-se o programa como uma estratégia de polícia comunitária e de prevenção criminal pelo *design* ambiental em áreas rurais. Objetiva-se, assim, discutir a efetividade da aproximação entre comunidade rural e policiais militares na construção de um ambiente de paz social, de maior sensação de segurança e diminuição do medo do crime.

Outra temática abordada é a utilização no Guardião Rural de tecnologias acessíveis de aproximação entre polícia e comunidade, prevenção e repressão criminal, e melhoria no atendimento da PMDF ao seu público-alvo.

Na sequência, o texto apresenta resultados que sugerem a efetividade do Guardião Rural como política pública de segurança e paz social. Então, amplia-se o escopo da discussão para o contexto da segurança rural na capital federal frente a temas como atividade policial tradicional de repressão qualificada, inteligência e atendimento de urgência e emergência. Finalmente, identificam-se oportunidades de aprimoramento do programa que, com alguns ajustes e adaptações, pode ser replicado por outras corporações policiais e entes federativos.

## **A geografia da região rural oeste do Distrito Federal e a recapitulação histórica do guardião rural**

Em 2020, o agronegócio foi responsável por 26,6% do PIB brasileiro (CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA, 2020). No DF, a agropecuária é uma atividade expressiva e importante no cenário geopolítico e econômico local. O DF possui 87.950 habitantes na zona rural. Segundo consulta realizada ao Sistema Nacional de Cadastro Rural, existem 14.355 estabelecimentos agropecuários em uma área de 376.400,81 hectares. Isso equivale a mais de 70% do território do DF (INCRA, 2022).

Embora a atividade agropecuária tenha pequena representatividade no PIB candango, sua produção hortifrutigranjeira se destaca pela qualidade dos produtos que são inclusive exportados para outros estados e países. A atividade é importante para o abastecimento do mercado inter-

no do DF, e para a preservação do cinturão verde e de mananciais de água, vitais para as futuras gerações.

O Guardião Rural teve início na Região Integrada de Segurança Pública (RISP) Oeste, a qual contempla as áreas rurais de Brazlândia, Ceilândia e Samambaia. A região de Brazlândia, com aproximadamente 15 (quinze) mil habitantes na área rural possui a maior proporção da população do campo em relação a população urbana do DF (CODEPLAN, 2018). Trata-se de uma das regiões administrativas mais distantes da zona central de Brasília, com um de seus menores contingentes populacionais, apenas 60 mil habitantes.

Com vocação agrícola e hábitos interioranos, Brazlândia concentra a maior produção hortifrutigranjeira do DF com destaque para a produção de aves e de frutas como o morango e a goiaba, além de hortaliças em geral (LACERDA, 2016). O morango é cultivado nas áreas de maior altitude e clima frio e se adaptou bem nas microrregiões do Rodeador, Radiobrás e Chapadinha, localidades mais altas do DF.

As propriedades rurais de Brazlândia são marcadamente de pequenos produtores que praticam a agricultura familiar, o que reforça seus vínculos com a terra (CRUZ, et al., 2020). Esse modelo advém desde as décadas de 1960 e 1970 com o Programa de Interiorização e Colonização Alexandre Gusmão - PICAG do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Brazlândia também tem relevância ambiental. Chama a atenção o potencial hídrico da lagoa da barragem do Rio Descoberto, responsável pelo abastecimento de cerca de 60% da água do DF, e de rios e ribeirões essenciais para a vida na capital da República (SEMA-DF, 2017). A região possui diversas unidades de conservação, como o Parque e a Floresta Nacional de Brasília, as Áreas de Proteção Ambiental do Descoberto, do Planalto Central e do Cafuringa. Além disso, Brazlândia também se evidencia pelo turismo rural, religioso, ecológico e de aventura.

Por sua vez, a área rural de Ceilândia possui pouco mais de oito mil habitantes (CODEPLAN, 2018). Essa região está localizada entre três grandes fenômenos populacionais em nível nacional das últimas décadas: Ceilândia com mais de 430 mil habitantes, Águas Lindas de Goiás-GO com mais de 200 mil habitantes e o Sol Nascente/Por do Sol-DF com aproximadamente 80 mil habitantes. O conjunto Sol Nascente e Por do Sol é reconhecido como sendo a maior favela da América Latina.

Já Samambaia possui apenas 2 mil pessoas no campo, a despeito da área urbana ser bem populosa com cerca de 200 mil habitantes (CODEPLAN, 2018). Destacam-se nessa região: o novo aterro sanitário do DF, a presença de acampamentos de movimentos sociais e propriedades rurais de pequeno porte nos núcleos rurais Guariroba e Lajes da Jiboia.

Em suma, mesmo o agronegócio no DF não possuindo o volume do setor no nível nacional ou de estados como Goiás e Mato Grosso, ainda assim, possui relevância estratégica para a sustentabi-

lidade da capital federal. Portanto recomenda-se a atenção das forças de segurança pública para com a comunidade rural do DF dada sua extensão territorial, o controle de divisas, o abastecimento hídrico, o mercado interno de alimentos e a preservação do cinturão verde. Isso sem contar os riscos do crescimento urbano desordenado.

No entanto, o fato de a população rural do DF ser muito pequena em comparação com a cidade acaba naturalmente levando os esforços de segurança pública a priorizarem o ambiente urbano. Até 2013, não havia uma estratégia própria de segurança pública para a área rural em torno da capital da República. O policiamento rural era incumbido aos batalhões de policiamento tradicional que tinham que dividir esforços operacionais entre a cidade e o campo. Era uma competição injusta, pois um núcleo urbano, pelas suas dinâmicas e adensamento populacional, demanda muito mais atendimentos da Polícia Militar do que a área rural. Com isso, a população do campo ficava alijada da segurança pública, sobrando para ela o limitado funcionamento de postos policiais rurais e a presença policial apenas em momentos de emergência, quando ocorriam crimes violentos por exemplo.

Em 2013, a Corporação criou o Grupamento Rural no âmbito do Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA) a fim de promover um policiamento rural mais especializado. Juntamente com a criação do grupamento, houve a movimentação de policiais militares que já atuavam nessas áreas para o BPMA, os quais passaram a utilizar o fardamento camuflado típico do policiamento ambiental. Além disso, a Corporação adquiriu caminhonetes de tração 4x4 para atuar especificamente nas áreas rurais. Isso representou um considerável avanço na prestação de segurança para a comunidade do campo no Distrito Federal.

Em 2016, as companhias rurais que compunham o grupamento de policiamento rural foram elevadas ao status de batalhões. No ano seguinte, o comandante do 1º BPRural (Batalhão Rural Oeste), responsável pela área oeste do DF, acompanhado por um grupo de policiais, realizou uma viagem técnica ao município de Catalão - GO, onde conheceu um projeto de policiamento rural da PMGO. Tratava-se da Patrulha Rural Georreferenciada que percorre as propriedades da região, as cadastra e afixa uma placa de monitoramento. O projeto tem o apoio dos sindicatos rurais que custeiam equipamentos como *smartphones*, *drones*, aparelhos de GPS e *laptops* (ROLDÃO, 2018).

Com a experiência goiana, o Batalhão Rural Oeste implementou o modelo na sua área de atuação com adaptações e inovações. A placa de área monitorada fixada nas propriedades rurais foi adaptada com aumento no tamanho, adesivagem refletiva e colocação de um código QR com atalho para o sistema eletrônico de ocorrências da PMDF. Assim, os dados da propriedade e das pessoas passaram a ser armazenados com segurança em um sistema com acesso restrito aos policiais militares. Em 2020, com a unificação dos três batalhões rurais em uma só unidade (Decreto Distrital n 41.167/2020), o Guardiã Rural se consolidou como um programa aplicado em todo o território do DF.

## Guardião Rural: polícia comunitária e CPTED no campo

O policiamento rural é uma forma de realizar segurança eminentemente comunitária dadas as características próprias das áreas rurais e das pessoas que a habitam (PELFREY, 2007). De igual sorte, é possível colocar em prática conhecimentos teóricos da criminologia ambiental e da psicologia social no ambiente rural por meio do desenvolvimento de estratégias de prevenção situacional do crime (CLARKE, 1995) e do fomento de comportamento pró social (PENNER, 2005) nas comunidades rurais. Foi exatamente o que ocorreu com o Guardião Rural. Como exemplo, o programa utiliza um inventário que permite o levantamento de bens e características das propriedades e a propositura de pequenas intervenções no espaço rural com a finalidade de torná-lo mais seguro e defensável. Visou-se com isso, aos moldes da proposta de Senna (2017), o aumento da sensação de segurança, a redução do crime e do medo do crime nos territórios de atuação do programa.

Além disso, o programa envolve um conjunto de ações estruturadas de segurança rural por meio de uma rede de interação e integração polícia-comunidade e da prevenção criminal pelo *design* ambiental, utilizando-se para isso da modalidade de patrulha rural com suporte de orientação geográfica e tecnologia.

### *A Polícia comunitária rural no DF*

Em geral, os habitantes do campo são mais receptivos ao contato comunitário. Além de elementos como identidade e apego com o lugar, o isolamento e o grande distanciamento territorial criam uma necessidade natural de estender relacionamentos. A população bem menor que nas cidades oportuniza ao policial militar que atua na área rural conhecer a comunidade local em quase sua totalidade. Esse fenômeno ocasiona a aproximação pessoal entre a comunidade e a polícia. Além disso, a falta de infraestrutura no campo, como iluminação, comunicação, mobilidade entre outras, torna a população mais dependente da segurança do Estado.

Esse estreitamento entre polícia e comunidade sempre existiu nas áreas rurais em geral. Ocorre que, até a implementação do policiamento rural especializado na PMDF, não havia ainda uma forma de sistematizar essa interação no DF. Com a criação desse tipo de policiamento e a implementação de grupos de aplicativo de mensagens instantâneas, com o uso das mídias sociais e por meio do registro de visitas, reuniões, palestras, ações preventivas e atendimentos no sistema Gênesis da PMDF, a Corporação passou a mensurar e a estreitar essa proximidade.

Dadas as grandes distâncias e o baixo efetivo do policiamento rural, a forma mais efetiva de conviver e participar dos problemas diários da comunidade rural local foi por meio de grupos de *Whatsapp*. No caso particular do Batalhão Rural Oeste, um dos motivos para a criação e a disseminação dos grupos de *Whatsapp* foi a histórica precariedade das comunicações nas áreas rurais do DF. Ainda hoje, ao realizar ligações telefônicas para o “190” nas áreas rurais, há uma grande chance de as cha-

madras serem atendidas por centrais dos municípios vizinhos ao DF. Para que a solução funcionasse, foram estabelecidas regras de boa convivência com a divulgação de mensagens com conceitos básicos de boa educação, legalidade, impessoalidade, foco no atendimento de urgência e emergência e respeito mútuo. As regras passaram a ser mais claras para o policial que atendia a comunidade assim como para a própria população.

Dessa forma, pessoas foram retiradas por não ter interesse no objeto das discussões e por questão de segurança. Havia jovens e adolescentes, suspeitos de crimes e outros contatos sem qualquer referência, participando dos grupos. Para solucionar esses problemas, estabeleceram-se rotinas aos policiais militares que estavam à frente da comunicação da polícia com os grupos, regras de inclusão de novos contatos, advertências e administração mais séria e focada no atendimento ao público.

Além disso, algumas ideias surgidas em reuniões com a comunidade foram implementadas pelo programa, como a divisão dos grupos de *WhatsApp* em grupos menores de acordo com núcleos rurais. No início, era um grupo só, mas havia muitos problemas de comunicação. Outra ideia foi separar os atendimentos policiais à comunidade em dois tipos de grupo: um grupo apenas para chamadas de emergência e outro para outros assuntos relacionados à segurança da comunidade. Essa separação foi importante para melhorar o atendimento da PMDF à população, pois o policial militar incumbido de atender aos chamados deveria ficar atento apenas aos grupos de emergência, deixando os outros grupos para o gestor de polícia comunitária interagir com a população local.

Policiais militares com perfil de policiamento comunitário e de comunicação social foram remanejados para a função e treinados para exercê-la com maior eficácia. Criou-se um cartão digital de “bom dia” e “boa noite” com dados do batalhão que é enviado diariamente aos grupos. O cartão é individual e tem o nome do policial que passou a ser denominado “Guardião Rural” da localidade. Além de estreitar os laços com a comunidade, essa medida contribuiu para o fomento de práticas consagradas em polícia comunitária com vistas à valorização dos policiais da ponta, por meio da descentralização administrativa e operacional e da divisão de responsabilidades (SKOLNICK; BAYLEY, 2002).

Ao mesmo tempo que se disciplinavam os grupos, surgiam novos grupos em comunidades até então não assistidas pelo programa. Na proporção em que se realizavam palestras em determinados núcleos rurais ou com a participação em reuniões do Conselho Comunitário de Segurança Rural, surgiam novos grupos.

Por sugestão de um policial militar com experiência em policiamento rural desde o início de sua carreira, foi aprovada uma identidade visual própria para os grupos do Guardião Rural. Assim, padronizaram-se todos os grupos com ícones exclusivos.

Convencionou-se, por fim, que as pessoas interessadas em participar dos grupos seriam todas cadastradas no sistema de registro de ocorrências e atividades policiais da PMDF, Sistema Gênesis,

como sendo “Amigos do batalhão”. Seria necessário, para tanto, que seus dados pessoais, especialmente o contato telefônico com *Whatsapp* e o endereço com o georreferenciamento da propriedade rural, fossem incluídos, em caráter reservado, no banco de dados institucional. Assim, o Batalhão Rural pôde manter um banco de dados com estatística atualizada dos participantes do programa e com todas as propriedades mapeadas por geoprocessamento.

Ademais, critérios como maioria e capacidade civil, idoneidade moral e interesse local tornaram-se requisitos para a participação nos grupos e o cadastramento da propriedade no programa. Assim, após muitos erros e acertos, nos cinco anos de existência do policiamento rural especializado e da prática dos grupos de aplicativo de internet móvel, chegou-se a um produto testado e aperfeiçoado: o “Guardião Rural”.

Hoje, a participação da comunidade no Guardião Rural não se resume aos grupos de *WhatsApp*. Há considerável participação dos policiais militares do policiamento rural na vida e no cotidiano da comunidade rural, seja em reuniões com a sociedade, Conselhos Comunitários de Segurança Rural (CONSEG-Rural), e entidades como associações, escolas e grupos de moradores. O policiamento comunitário também encontra lugar na educação ambiental, aproximando a polícia da comunidade por meio da escola.

Com a finalidade de informar e educar o produtor rural acerca da prevenção criminal, o Batalhão Rural realiza palestras sobre segurança em diversos núcleos rurais com a participação de centenas de moradores. Por exemplo, a partir de 2019, uma parceria do Guardião Rural com o Centro Judiciário da Mulher do Tribunal de Justiça do DF (TJDFT) e com a Secretaria da Mulher do GDF tem levado informações sobre medidas de enfrentamento e combate à violência doméstica, familiar e contra a mulher nas áreas rurais.

O Guardião Rural também está inserido na vida social e cultural onde o programa está implantado. São realizadas visitas a abrigos de idosos, orfanatos, famílias em situação de vulnerabilidade e instituições. Além disso, são realizadas visitas a vítimas de crimes diversos e a participação em eventos típicos como a Festa do Morango, Agrobrasil, Festa da Goiaba entre outros.

### *Prevenção Criminal pelo Design Ambiental (CPTED) em Áreas Rurais*

Por prevenção criminal pelo *design* ambiental entendem-se um conjunto de medidas práticas a fim de tornar os ambientes menos oportunos à prática de crimes e menos geradores de medo do crime. Tendo seus rudimentos na obra “Morte e Vida das Grandes Cidades Americanas” de Jane Jacobs (1961), a sigla inglesa CPTED foi cunhada pelo arquiteto C. Ray Jeffery, na década de 1970, em obra com o mesmo nome: *Crime Prevention Through Environmental Design – CPTED*.

No cerne das estratégias da CPTED estão postulados da criminologia ambiental como a redução das oportunidades para a ação de criminosos (CORNISH; CLARKE, 2017) e a mitigação do ciclo desordem-crime e violência por meio da defesa e da manutenção do espaço. Essas estratégias, no con-

texto das políticas de segurança pública, podem ser observadas por todo o mundo. Na Austrália, nenhuma alteração no gabarito de edificações e espaços, que possa gerar impactos na segurança, ocorre sem que antes haja uma avaliação com aportes da CPTED (FISHER; PIRACHA, 2012). Algo semelhante ocorre em países como Portugal (SARAIVA, 2021), Inglaterra (ARMITAGE, 2018) e Canadá (FENNELLY; PERRY, 2018) que utilizam protocolos CPTED para que a polícia possa orientar a comunidade quanto a como usar as características dos espaços físicos com vistas à mitigação do crime e do medo do crime. Para além dos países desenvolvidos, a CPTED também vem sendo implementada, com resultados empíricos, em regiões em desenvolvimento, como é o caso da América Latina (RAU et al., 2018). No Brasil, entre outras iniciativas em diferentes unidades da federação, a implementação da CPTED compõe o portfólio de projetos estratégicos da Polícia Militar do Distrito Federal (SENNA, 2021).

As estratégias mais conhecidas da CPTED são: o reforço territorial, a vigilância natural, o controle de acessos e a manutenção (MATSUNAGA, 2016). Nas próximas linhas, essas estratégias, no contexto do Guardião Rural, serão pontuadas sob a ótica do campo.

O reforço territorial ou territorialidade relaciona-se à defesa, à proteção e ao uso apropriado dos espaços públicos e privados por seus usuários legítimos (SENNA; VASCONCELOS; IGLESIAS, 2021). No contexto rural, a territorialidade pode ser compreendida como o uso legítimo e lícito dos espaços privados e a defesa e a atenção para com os espaços públicos. Isso se traduz pela preocupação e pelo cuidado com o núcleo rural, com a estrada vicinal que passa em frente à propriedade e com os espaços públicos não ocupados. Incluem-se entre esses espaços, as reservas ambientais, mananciais, cursos d'água, nascentes e áreas entre a via pública e a entrada das propriedades. Ações de fomento da territorialidade levam a comunidade a entender que locais públicos devem ser preservados e cuidados como sendo pertencentes a todos, a coletividade. Em suma, a territorialidade, promovida pelo Guardião Rural, além do zelo e da proteção do espaço privado, busca a promoção do cuidado individual e coletivo com o território público e privado onde a comunidade rural habita e exerce suas atividades.

Outra estratégia da CPTED é a vigilância natural a qual adota como premissa que os ambientes são mais seguros quando permitem que as pessoas possam ver e serem vistas (REYNALD; MIHINJAC, 2019). No contexto rural, isso significa que os espaços precisam ser visíveis nas perspectivas de quem está dentro e fora dos limites da propriedade. A vigilância natural se efetiva por elementos como a boa iluminação noturna, a presença de colaboradores e pessoas com interesses legítimos nos locais públicos. Entre esses locais, estão bosques, passeios, pontos de encontro, praças, setores comerciais e outros equipamentos públicos existentes em ambientes rurais. Na área rural do DF, é comum se encontrar núcleos rurais com locais centrais onde se concentram comércios, igrejas, posto de saúde, posto policial, escola e outros equipamentos públicos em um mesmo ambiente. Remontando-se aos “olhos da rua” dos primórdios da CPTED (JACOBS, 1961), esses polos precisam ser vívidos durante o dia e à noite para promoverem a constante vigilância natural.

Já o controle de acesso é uma premissa da prevenção criminal pelo *design* ambiental também relevante para a zona rural e para suas propriedades. Isso, especialmente porque as propriedades geralmente possuem grande extensão territorial e são de fácil acesso a potenciais criminosos. O controle de acesso está relacionado à previsibilidade de acesso ao espaço, seja ele público ou privado (MATSUNAGA, 2016). Por isso, controlar os acessos às propriedades rurais é fundamental e isso pode ser efetivado de forma explícita com cercas, mourões reforçados, portões e porteiras bem construídas.

O controle de acesso também pode ser implementado por barreiras psicológicas como cercas vivas, diferença na pavimentação do solo, ornamentos etc. Em ambos os casos, busca-se a redução de desculpas por eventuais invasores (FELSON; CLARKE, 1998).

Por fim, tem-se a manutenção dos ambientes. Esta estratégia relaciona-se a teoria das janelas quebradas (WILSON; KELLING, 1982) e parte da premissa de que ambientes mal mantidos passam o recado de que com eles ninguém se importa. A falta de manutenção dos espaços constitui fator de atração para ações delituosas e para outros comportamentos antissociais. Ambientes com características de abandono são atrativos para que ocorram desordens sociais e pequenos delitos. Esses ambientes em um curto espaço de tempo passam a ser locais com altos índices de crimes violentos e grande desordens públicas. Para se prevenir ou se quebrar esse ciclo, deve-se evitar nos ambientes rurais elementos de desordem tais quais lixo acumulado, mato alto, cercas abertas e ferramentas e materiais jogados por toda a propriedade.

A experiência do Guardião Rural tem buscado estar em linha com a literatura nacional e internacional da CPTED. As experiências reais mostram que onde o modelo CPTED é implementado apresentam-se menores índices criminais e os escores do medo do crime são baixos. Portanto, o Guardião Rural visa servir de catalisador para esforços articulados do Estado e da comunidade do campo para a promoção de ambientes melhor iluminados, claros e visíveis, com maior presença das pessoas em convivência ativa e fraterna, com permanente vigilância dos moradores que tenham acessos controlados as suas propriedades, com manutenções frequentes e que não estejam suscetíveis ao abandono.

Para implementar a CPTED em ambientes rurais, o Guardião Rural realiza palestras e reuniões com dicas de segurança baseadas em evidências, com o emprego de linguagem apropriada às comunidades locais. Outra ferramenta do programa, é o inventário de bens e características da propriedade rural que é preenchido durante o cadastramento das unidades. O inventário é inspirado no Inventário CPTED para Espaços Públicos, o qual possui aportes psicométricos (SENNA, 2017).

Por meio do cadastramento, o policial militar percorre toda a extensão da propriedade registrando com fotos o imóvel e os bens afetos àquela unidade rural, tais quais veículos, animais, produção, insumos, defensivos, ferramentas e outros bens mais visados por criminosos. Ademais, há um questionário com base nas 4 principais estratégias da CPTED: reforço territorial, vigilância natural, controle de acesso e manutenção. Também são respondidas perguntas simples tais como: a propriedade é ocupada por todo o tempo? Tem caseiro ou administrador? Tem justo título? Tem animal

de guarda? Tem cerca? Tem porteira? Tem depósito para guardar ferramentas? Tem muro ou cerca viva? As árvores estão podadas? Tem mato alto? Por meio de respostas pré-formuladas, há um ranqueamento e a propriedade deve obter um escore mínimo para receber autorização para colocar a placa de área monitorada do Programa Guardiã Rural da PMDF na fazenda ou sítio.

Para a aprovação da colocação da placa em determinada unidade rural, basta alcançar um escore mínimo de cinco pontos em uma escala que vai de 0 (zero) a 10 (dez) pontos. Itens como falta total de cercamento na propriedade, unidade inabitada e tamanho menor que dois hectares por exigência legal no DF (SEDUH-DF, 2012) são eliminatórios.

Se não obtiver escore mínimo, ainda assim, a propriedade será cadastrada em caráter precário e seus responsáveis, desde que preencham os requisitos, poderão participar dos grupos de mensagens. A depender das vulnerabilidades encontradas na propriedade, a equipe da Polícia Militar Rural estipulará um prazo para que o produtor realize pequenas intervenções na unidade rural para melhorar sua segurança e consolidar o credenciamento. As exigências não demandam em gastos vultosos ao ruralista que muitas vezes é carente de recursos financeiros. As intervenções, em geral, são no sentido de esticar a cerca, colocar um portão na entrada da propriedade, realizar poda nas árvores e arbustos, realizar o aceiro do mato alto, adquirir um animal de guarda entre outras providências.

Um exemplo das aplicações da CPTED no programa Guardiã Rural encontra-se no cadastramento de propriedade nº 4001. O cadastramento foi realizado em fevereiro de 2020, em uma unidade rural situada no Núcleo Rural Rajadinha II, área rural de Planaltina-DF. Na ocasião, policiais do policiamento rural permaneceram por toda a manhã na propriedade onde foram cadastrados proprietário, família, funcionários, bens, animais de guarda, de criação, ferramentas e outros objetos afetos à atividade rural desenvolvida naquela unidade.

Durante essa visita, os policiais juntamente com o proprietário percorreram toda a extensão da chácara e aplicaram o Inventário CPTED para Propriedades Rurais. Assim, foram avaliados itens relativos aos quatro pilares da CPTED. Tudo foi fotografado e registrado como atividade policial de natureza de visita comunitária. Após a visita, os dados colhidos foram avaliados e o Registro de Atividade Policial (RAP) homologado no Sistema Gênesis da PMDF. A partir das notas obtidas em cada item avaliado, chegou-se a um escore que aprovou a propriedade para receber numeração no programa e fixação da placa de área monitorada.

Mesmo sua chácara alcançando escore alto de aprovação (nota nove), o proprietário ainda recebeu orientações para a implementação de intervenções de baixo custo que poderiam contribuir ainda mais com a segurança da propriedade. Assim, utilizando-se da literatura de prevenção criminal e da filosofia de polícia comunitária e de proximidade, o programa Guardiã Rural da PMDF tem obtido grande aceitação na comunidade e reconhecimento na Corporação e fora dela.

## Inovações e tecnologias do Guardião Rural

O uso de tecnologia móvel e acessível tem sido a marca do Guardião Rural. Soma-se a isso a elevada motivação dos integrantes do programa em otimizar o serviço policial. Isso levou a implementações como o emprego de cartão interativo, a exploração de aplicativos de *smartphone* e o acesso a imagens, vídeos, áudios, contatos, localização por coordenadas geográficas. O conjunto sistematizado desses recursos constitui uma das inovações trazidas pelo Guardião Rural ao cenário nacional (BREWSTER; GIBSON; GUNNING, 2018).

O Guardião Rural, além de buscar referências na literatura da prevenção criminal baseada em evidências, também se inspira em modelos de policiamento comunitário rural exitosos implementados por outras polícias militares. Um exemplo disso está na experiência de Goiás (ROLDÃO, 2018). Nesse estado, o Batalhão de Polícia Militar Rural conta com policiamento com drones de última geração, um Centro de Comando e Controle Rural (C2Rural) com tecnologia *Big Data*, grandes telas de alta resolução e acesso direto às propriedades cadastradas e às viaturas em todo o estado goiano. Tudo isso por meio de internet de alta velocidade. O C2Rural localizado em Goiânia é uma referência internacional de Comando e Controle.

Em todo o país, o georreferenciamento disponível gratuitamente em aplicativos abertos nos *smartphones* tem contribuído para o aprimoramento do atendimento de urgência e emergência em áreas rurais. Antes dessa tecnologia, que hoje é corriqueira em nossos celulares, a comunidade rural estava ilhada e isolada. A comunidade contava apenas com o 190 que, como já mencionado, é muito precário em áreas rurais.

O uso de aplicativos em telefones móveis também tem ajudado a equacionar outros problemas enfrentados pelo tradicional uso do telefone 190. Vários fatores somados davam causa a um enorme lapso temporal entre a chamada e o efetivo atendimento das ocorrências policiais. Alguns desses fatores são: a) a falta de iluminação; b) a falta de endereçamento das propriedades; c) a existência de comunidades, núcleos rurais, fazendas e chácaras com nomes idênticos; d) as grandes distâncias; e e) a existência de ambientes de difícil acesso por questões de relevo e solo. Dessa forma, a sensação de segurança e a efetividade do atendimento eram baixíssimas. Havia relatos de chamados serem atendidos com duas, três horas ou mais após a ligação para o 190.

Antes do Guardião Rural, havia tempo hábil para os criminosos atuarem, sem pressa e sem qualquer preocupação de serem pegos. Há relatos de grupos criminosos que passavam o dia e a noite com as famílias vítimas de roubos em regime de cárcere privado. Enquanto os homens ficam amarrados em porões ou banheiros, os criminosos obrigam mulheres a preparar alimentos para eles durante o tempo em que permanecem subtraindo bens da propriedade. Na tentativa de se alterar esse cenário foram implementadas ações como a utilização de multimídia no atendimento (como imagens, fotos, áudios, vídeos, contatos e geolocalização) e a implementação de redes de vizinhos.

O programa Guardião Rural da PMDF vem produzindo alterações significativas no serviço que o policiamento rural presta à comunidade. Entre essas alterações estão: a) atendimento de ocorrências envolvendo veículos suspeitos onde se pode verificar a placa em tempo real sem a necessidade de se deslocar uma equipe ao local; b) ocorrências de perturbação do sossego em que o policial constata o som alto e a grande movimentação de pessoas por meio de fotos, áudios e vídeos; c) acesso rápido e menor tempo de resposta das equipes policiais dada a possibilidade de identificação exata do local do chamado por coordenadas geográficas via satélite; e) identificação de suspeitos, qualificação de pessoas, antecedentes criminais e busca por mandados de prisão, por acesso remoto, via operador na sede do Batalhão; e f) participação dos vizinhos para a resolução de conflitos no próprio grupo sem a presença física da polícia.

Entre os bancos de dados que passaram a estar mais acessíveis aos policiais na rua, estão o Sistema Gênesis da PMDF, o sistema GETRAN do DETRAN-DF e do DENATRAN (nacional) e o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Também estão disponíveis para consulta, aplicativos gratuitos de mapas e imagens via satélite como *Google Earth*, *Google Maps* e *Maps ME* e outros que facilitam a localização geográfica e traam rotas *offline* para as equipes policiais chegarem mais rápido e com segurança aos locais de ocorrências.

Além disso, em 2020, o Batalhão Rural criou um cartão interativo em formato PDF onde o usuáριο clica em ícones direto da tela do celular ou do *tablet* e consegue manter contato *online* com o Guardião Rural. Por meio do cartão virtual, o usuáριο também consegue enviar sua localização geográfica ou ligar direto para o Batalhão Rural. Trata-se de mais uma inovação baseada em recurso disponível gratuitamente na internet e customizada para facilitar a vida da comunidade do campo bem como o atendimento do policial militar rural.

As inovações tecnológicas, bem como as iniciativas positivas colocadas em prática no Guardião Rural, são fruto de um processo de maximização do capital humano na PMDF que conseguiu aliar policiais militares com longa experiênciã no policiamento rural e novos policiais com nível superior e formação mais técnica. Esse ambiente favorável também é tributário do advento do Sistema Gênesis como ferramenta de registro digital de atividade policial. Além disso, há muita motivação para se fazer algo a mais pela Segurança Pública na área rural. Todos esses têm sido fatores imprescindíveis ao sucesso do Guardião Rural. Destacam-se, também, iniciativas como cursos, treinamentos e instruções constantes, visando a qualificação profissional e a melhoria do serviço prestado.

Após 2017, os policiais militares do Batalhão Rural realizaram constantes treinamentos como cursos de carreira, confecção de Registro de Atividade Policial (RAP/Gênesis) (2017), Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) (2017), segurança pública e cidadania pelo PNUD/ONU (2018), tiro de fuzil (2018), policiamento ambiental (2017 e 2018), operador de drone (2019), atendimento pré-hospitalar operacional (2019), piloto de embarcação lacustre (2019), educação ambiental (2019), armamento lançador de eletrodo energizado - ALEE (2019), entre outros.

Outra iniciativa do Guardião Rural foi a realização do primeiro curso de operador de drones e captação de imagens aéreas para segurança pública rural no Brasil. Essa foi uma iniciativa inédita patrocinada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Distrito Federal - SENAR-DF. Na ocasião, foi realizada a capacitação de 46 (quarenta e seis) profissionais de Segurança Pública. A grade curricular do curso contemplou a operação das aeronaves remotamente pilotadas, componentes, legislação no Brasil, técnicas de voo prático, noções de aerofotogrametria, noções de frequências eletromagnéticas, faixas espectrais, sensores RGB, sensoriamento remoto, captação e processamento de imagens, ortomosaico e levantamento de relevo planialtimétrico.

Em suma, os treinamentos citados fazem parte de uma estratégia centrada em investimentos constantes na valorização e no aperfeiçoamento profissional por meio da capacitação dos policiais e parceiros do programa. Com isso, o Guardião Rural reafirma seu compromisso com a educação continuada e figura como um polo de extensão acadêmica e inovação no seio da Corporação.

## **Síntese dos principais resultados obtidos pelo programa**

O Guardião Rural está presente em toda a área rural do DF. Desde as duas primeiras propriedades cadastradas no dia 14 de junho de 2018 até julho de 2022, já constam no cadastro do programa cerca de 608 propriedades rurais e mais de 1500 pessoas. Também já são mais de 1500 pessoas participando de cerca de 40 grupos de aplicativo de mensagens com a Polícia Militar. Por sua vez, as placas de área monitorada instaladas em todo o DF, já passam de 550 em mais de 80 núcleos rurais atendidos.

A experiência do programa levou o Batalhão de Policiamento Rural a receber, em 2018, uma comissão formada por servidores da Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP-DF) e membros da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) com o intuito de pesquisar o que estava acontecendo de novo na área rural do DF. A impressão foi tão positiva que a CNA decidiu incluir o Batalhão Rural nas pesquisas do “Observatório de Criminalidade no Campo”, iniciativa da CNA e SSP-DF para aferir a segurança rural.

Logo após os primeiros resultados da pesquisa, a CNA realizou, em 2019, três eventos denominados “Painéis sobre Segurança Rural – Boas práticas das Polícias Militares” com o apoio dos Batalhões Rurais. O primeiro painel ocorreu em maio, o segundo em outubro e o terceiro em dezembro de 2019. A PMDF e a PMGO foram as únicas polícias militares a participar de todas as edições. Isso porque essas instituições apresentaram maior expertise em programas comunitários de segurança no campo. No caso particular do DF, isso se deu por meio da experiência do programa Guardião Rural.

Devido à repercussão do Guardião Rural, o programa foi formalmente reconhecido pelo Estado-Maior da PMDF como uma boa prática institucional. Como fruto desse reconhecimento, foi nomeada uma comissão para implementar o programa Guardião Rural em todo Distrito Federal e o projeto passou a ser uma iniciativa estratégica da Corporação.

O Guardião Rural recebeu maior atenção por meio de sua inserção em painéis realizados pela Con-

federação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA. A iniciativa tornou-se, juntamente com a Patrulha Rural Georreferenciada da PMGO, uma referência nacional de política pública voltada para a segurança no campo. Com a visibilidade alcançada, o modelo foi replicado em estados brasileiros como Mato Grosso, Rondônia, Bahia, Paraná e Espírito Santo (FARIAS, 2020).

Ao seu turno, os resultados de um estudo estatístico descritivo preliminar sugerem que o Guardião Rural pode produzir efeitos imediatos em termos de prevenção criminal. A comparação das ocorrências criminais registrados na área oeste do Batalhão Rural da PMDF entre os meses de maio de 2018 (n=29), quando houve a implementação do programa e agosto do mesmo ano (n=26), revelou um deslocamento dos crimes para fora da região onde o Guardião Rural foi implementado. Sugere-se, dessas estatísticas, que o cadastramento de propriedades com a colocação de placas de área monitorada teria produzido a imediata redução dos crimes, com possível migração dos delitos para regiões ainda não assistidas pelo programa. Decerto essa análise é preliminar e deve levar em consideração outros aspectos relacionados ao deslocamento territorial dos eventos criminais (CORNISH; CLARKE, 2017), por exemplo. Não obstante, os dados sugerem um resultado positivo do programa frente à segurança rural, sobretudo com a tendência de servirem para fomentar a confiança nas instituições do Estado (CROWL, 2017).

Ainda sobre resultados do programa, citem-se alguns números de produtividade no período de criação e implantação do Guardião Rural, conforme dados do Sistema Gênesis/PMDF, de 2016 a 2019: a) aumento de 300% nas abordagens a veículos (comparação de 2018 com 2019); b) aumento de 150% nas visitas comunitárias (comparação de 2018 com 2019); c) redução de 57% de crimes (comparação de 2018 com 2019); d) redução de 37,5% nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher (comparação de 2018 e 2019); e e) redução de 25% nos crimes violentos letais intencionais (comparação de 2018 com 2019).

Em suma, as inovações empregadas, a qualificação profissional e a participação comunitária têm sido a marca do Guardião Rural. Por sua vez, convém se endereçar a forma com que o policial militar rural presta o serviço de segurança para a comunidade, os desafios da violência no campo, as ações de inteligência e a repressão qualificada do crime.

## **Novas perspectivas para o policiamento rural e a segurança no campo: inteligência, repressão qualificada e melhorias no atendimento à comunidade.**

Os tempos mudaram e a dinâmica do policiamento ostensivo deve acompanhar essas mudanças. Desde a década de 1960, a prestação do serviço policial vem sendo baseada no trinômio homem-rádio-viatura (BAYLEY, 2001). Contudo, com a evolução da internet móvel e das comunicações instantâneas por meio das redes sociais, percebeu-se a necessidade de uma mudança de paradigma no que concerne a prestação do serviço policial, sobretudo o rural. Neste sentido, mormente considerando o policiamento rural, parece haver um polinômio ou nova roupagem com mais elementos agregados: homem-smartphone-internet-drone-Comando e Controle Multimídia-viatura

(ARANSIOLA; CECCATO, 2020; ROLDÃO, 2018).

No plano inicial de implementação do programa, estava previsto que na primeira fase do Guardião Rural deveria haver a participação do Batalhão Rural em grupos de *Whatsapp* sob os auspícios da filosofia de polícia comunitária. Já a segunda fase deveria envolver o cadastramento das propriedades, pessoas e objetos. Esse pensamento se reverteu em ações ainda mais efetivas com a incorporação da prevenção criminal pelo *design* ambiental. Por sua vez, a terceira fase do Guardião Rural deveria envolver outros recursos tecnológicos como o patrulhamento com *drones*. No momento, o programa encontra-se justamente na segunda fase do que foi preconizado.

Diante disso, em uma terceira fase, o programa poderia estar ligado ao policiamento convencional acrescido de novas tecnologias embarcadas como as aeronaves remotamente pilotadas (RAP, VANT ou *DRONES*). Tudo isso com o apoio operacional com vistas à repressão qualificada de delitos e desordens. Para tanto, a exemplo da experiência goiana, entende-se ser necessária a implementação de um Centro de Comando e Controle Rural no DF.

Ademais, também se sugere a criação, com subordinação ao Batalhão de Policiamento Rural, de um grupo tático operacional rural e de divisas. Esse grupo poderia ser concebido aos moldes do Comando de Operações de Divisa (COD) goiano, das Forças Táticas de Mato Grosso e Tocantins e dos grupos especiais nordestinos (tradição das antigas volantes): Grupamento Especializado de Operações em Área de Caatinga (GEOSAC) na Paraíba, Companhia Independente de Operações e Sobrevivência na Área da Caatinga (CIOSAC) em Pernambuco e Curso de Operações e Sobrevivência em áreas rurais (COSAR) no Maranhão. Todos, grupamentos especializados, bem armados e equipados com treinamento tático de ações de risco em biomas especializados e com foco nos crimes violentos em áreas rurais.

Os policiais militares que atuam em áreas rurais estão suscetíveis a ações criminosas de grupos fortemente armados, perigosos e com *modus operandi* extremamente violentos. Esses profissionais estão expostos e vulneráveis mais que na cidade porque estão em efetivo reduzido, em condições de trabalho severas, sem comunicação eficaz, isolados, em locais de difícil acesso e em área de divisas com outros estados.

Já não são novidades as ações do denominado “Novo Cangaço” (AQUINO, 2021), a instalação de células do crime organizado e de faccionados em áreas rurais. Ao seu turno, ambientes rurais são propícios à organização e estruturação de organizações criminosas.

Outro fator crítico para o policiamento rural é a nova realidade trazida ao Distrito Federal com a implementação da Penitenciária Federal de Brasília. Um exemplo disso foi o alarde feito pela mídia (PINHEIRO, 2019) em torno de um suposto plano de resgate do criminoso Marcos Camacho, vulgo “Marcola”. O detento é chefe do Primeiro Comando da Capital (PCC), organização criminosa nascida no estado de São Paulo, que afirma dominar boa parte dos presídios paulistas e está espalhada em

todo o território nacional, com ações violentas e tradicionais ataques a Forças Policiais. Esse criminoso, está preso no presídio Federal situado no Complexo Penitenciário da Papuda, localizado na área rural de São Sebastião, Brasília-DF.

Existem postos policiais rurais nas proximidades da Penitenciária da Papuda, portanto, na rota de uma possível ação de resgate de detentos faccionados. Em caso de cerco ou de confronto, os policiais que atuam nesses postos estariam diretamente envolvidos. Decerto, os policiais militares do policiamento rural precisam estar cientes disso, preparados para reagir e contar com apoio rápido em situações adversas.

Inobstante a vitimização policial no Distrito Federal ser baixa, há casos nas últimas décadas de policiais militares que perderam a vida em serviço em áreas rurais por meio de confrontos com bandidos mais bem armados que os policiais. Cite-se a morte do Soldado Cruz no núcleo rural Currálinho, Brazlândia, e a morte do Soldado Evangelista em frente ao posto policial do núcleo rural Ponte Alta Sul, Gama (PMDF. 2020). Ambos morreram em confronto, em ato de serviço e sem chance de reagir perante ações de criminosos altamente armados.

O fato de se encontrar no coração do Brasil e compor um *hub* importante para os transportes nacionais coloca o DF em uma situação sensível em relação à logística da criminalidade em nível nacional. O DF faz divisa com municípios dos estados de Goiás e de Minas Gerais e possui uma malha viária muito capilarizada, distribuída por centenas de estradas vicinais não pavimentadas que o ligam as regiões do Entorno da Capital Federal a outras regiões do país. Isso coloca o DF na rota dos tráfegos interestaduais de armas, drogas, pessoas, animais silvestres e até mesmo no mercado de insumos agrícolas ilegais (CARNEIRO; BECHARA, 2016).

As rodovias federais (BRs) que cortam o DF ainda dispõem de patrulhamento constante da Polícia Rodoviária Federal (PRF). De igual sorte, as rodovias distritais (DFs) contam com o reforço de policiamento rodoviário da PMDF (BPRv), em convênio com o Departamento de Estradas e Rodagem do DF (DER-DF). Atuando nas DFs, em sua maioria pavimentadas, há o Grupo Tático Operacional Rodoviário (TOR). O problema está nas vias rurais não pavimentadas, as vicinais (VCs) que são rotas alternativas para grupos criminosos e não dispõem de um grupo tático específico de repressão qualificada para cobrir esse hiato.

Grande aliada às atividades operacionais de policiamento, as ações de inteligência são de igual sorte essenciais aos batalhões rurais. Neste diapasão, o Guardião Rural dispõe de um robusto banco de dados e uma rica rede de contatos e informações. No dia a dia dos grupos, surgem denúncias acerca da atuação de grupos criminosos. Durante as visitas comunitárias, há uma coleta de dados fundamental para o trabalho de inteligência. Todo esse material, com os cuidados de praxe quanto à segurança da informação e da privacidade dos cidadãos, pode servir à atividade de inteligência.

Portanto, seria de bom alvitre o aparelhamento do Guardião Rural, em sua vertente de repressão

qualificada. Serviria para tanto, a implantação de uma Central Operacional de Comando e Controle Rural. Além disso sugere-se a implantação de um grupo tático rural e de divisas (GTOP Rural e Divisas) com equipes de patrulhamento com mais policiais por viatura, com treinamento específico, armamento diferenciado (p. ex.: fuzis e outras armas de longo alcance e grosso calibre) e equipamentos táticos adequados. Por último, também se sugere a implementação de uma agência de inteligência com foco na zona rural e na prevenção e no combate aos ilícitos típicos dessas regiões como os roubos e furtos nas propriedades, abigeato (furto de carne bovina, descarnando o animal vivo, no pasto e em condições precárias e clandestinas), ações de novo cangaço, parcelamento ilegal de terras e outros crimes em áreas rurais.

## Considerações finais

Este artigo não tem a pretensão de encerrar a discussão acerca da prevenção criminal em áreas rurais. Pelo contrário, a partir da análise do Guardião Rural, procurou-se suscitar subsídios para novas pesquisas e para a ampliação do debate, além de fomentar no universo acadêmico, sobretudo das ciências criminais, o tema da segurança no campo como objeto de pesquisa. Estudos futuros podem contribuir para a melhor avaliação dos resultados do programa se aplicarem, por exemplo, delineamentos de pesquisas quantitativas longitudinais e outros métodos qualitativos como entrevistas em profundidade.

Em síntese, foram descritas e analisadas a gênese e a evolução histórica do Programa Guardião Rural da PMDF, considerando questões sociais, econômicas, culturais e, sobretudo, da alçada da prevenção e da repressão criminal no campo. Sendo também um exemplo entre as boas práticas em polícia comunitária, o relato pode contribuir para a replicação do modelo em outras unidades federativas e até em outros países. Finalmente, espera-se que o estudo contribua com a promoção da segurança e da tranquilidade em benefício da cidadania, seja na cidade, seja no campo.

## Referências

ARANSIOLA, T. J.; CECCATO, V. The role of modern technology in rural situational crime prevention. In: HARKNESS, A. (Ed.). **Rural Crime Prevention: theory, tactics and techniques**. New York: Routledge, 2020. p. 58-72.

ARMITAGE, Rachel. Burglars' take on crime prevention through environmental design (CPTED): reconsidering the relevance from an offender perspective. **Security Journal**, v. 31, n. 1, p. 285-304, 2018.

AQUINO, J. P. D. Violência e performance no chamado 'novo cangaço': Cidades sitiadas, uso de explosivos e ataques a polícias em assaltos contra bancos no Brasil. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 13, p. 615-643, 2021.

BAYLEY, D. H. **Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa**. Tradução René Alexandre Belmonte. São Paulo: EdUSP, 2001.

BREWSTER, B.; GIBSON, H.; GUNNING, M. Policing the community together: the impact of technology on citizen engagement. **Societal Implications of Community-Oriented Policing and Technology**, p. 91, 2018.

CARNEIRO, L. P.; BECHARA, F. R. **O impacto no Brasil dos mercados ilícitos globais e do crime transnacional**, in: Criminalidade Organizada: Investigação, Direito e Ciência. Editora Almedina, São Paulo, 2016. pp. 69-104.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). Universidade de São Paulo. PIB do agronegócio brasileiro. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

CLARKE, R. V. Situational crime prevention. *Crime and justice*, v. 19, p. 91-150, 1995.

CODEPLAN, Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Pesquisa Distrital Por Amostra e Domicílios – PDAD 2018**. Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEFP. Distrito Federal, 2018. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/microdados-pdad-2018/Acesso em 26/07/2021>.

CORNISH, D. B.; CLARKE, R. V. Understanding Crime Displacement: An application of Rational Choice Theory. In: NATARAJAN, M. (Ed.). **Crime Opportunity Theories: Routine Activity, Rational Choice and Their Variants**. New York: Routledge, 2017. p. 197–211.

COSTA, L. D. Policiamento Rural: patrulhas rurais comunitárias. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 9, n. 2, 2016.

CROWL, J. N. The effect of community policing on fear and crime reduction, police legitimacy and job satisfaction: an empirical review of the evidence. **Police Practice and Research**, v. 18, n. 5, p. 449–462, 2017.

CRUZ, M. S. et al. Agricultura familiar, feiras livres e feirantes do Alto Jequitinhonha. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 15, n. 35 Abr., p. 90-120, 2020.

FARIAS, S. A.. MTDIGITAL. **Policiamento rural de Rondonópolis será implantado em outros comandos regionais de MT**. Publicado em 10 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.matogrossodigital.com.br/politica/policiamento-rural-de-rondonopolis-sera-implantado-em-outros-comandos-regionais-de-mt>>. Acesso em: 31 jul. 2020.

FELSON, M.; CLARKE, R. V. G. **Opportunity makes the thief: practical theory for crime prevention**. London: Home Office Policing and Reducing Crime Unit, Research, Development and Statistics Directorate, 1998.

FENNELLY, L. J.; PERRY, M. A. CPTED in Canada. In: **CPTED and Traditional Security Countermeasures 150 Things You Should Know**. CRC Press, 2018. p. 140-142.

FISHER, D. G.; PIRACHA, A. Crime prevention through environmental design: a case study of multi-agency collaboration in Sydney, Australia. *Australian planner*, v. 49, n. 1, p. 79-87, 2012.

HARKNESS, A. **Crime prevention on farms: Experiences from Victoria, Australia**. *International Journal of Rural Criminology*, v. 3, n. 2, p. 131-156, 2017.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Sistema Nacional de Cadastro Rural**. 2022. Disponível em: <https://sncr.serpro.gov.br/sncr-web/consultaPublica.jsf;jsessionid=Aj6QmeNZMqOt5WdtN7JTPFAi.sncr-web8?windowId=d32>. Acesso em: 24 jul. 2022.

JACOBS, J. **The death and life of great american cities**. New York: Random House, 1961.

LACERDA, S. C. **O desenvolvimento territorial rural e as políticas públicas de estímulo à agroecologia: um caso em Brazlândia**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de Brasília. Brasília. 2016.

MATSUNAGA, L. H. Prevenção criminal por meio da análise do ambiente físico e social. **Revista Ciência & Polícia**, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2016.

PELFREY, W. V. Style of policing adopted by rural police and deputies. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 30, n. 4, p. 620-636, 2007.

PENNER, L. A. et al. Prosocial behavior: Multilevel perspectives. *Annu. Rev. Psychol.*, v. 56, p. 365-392, 2005

PINHEIRO, M. Exclusivo. Exército cerca Presídio Federal de Brasília após plano de fuga de Marcola: As informações sobre o plano de resgate do líder do Primeiro da Comanda da Capital (PCC) partiram de São Paulo. **Metrôpoles**. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/seguranca-df/exclusivo-exercito-cerca-presidio-federal-de-brasilia-apos-plano-de-fuga-de-marcola>>. Acesso em: 3 jul. 2022.

RAU, V. M. et al. Impact evaluation of situational prevention strategies and CPTED (crime prevention through environmental design) in vulnerable neighborhoods in Latin America. **Journal of applied security research**, v. 13, n. 4, p. 437-454, 2018.

REYNALD, D. M.; MIHINJAC, M. Using guardianship and situational crime prevention (SCP) to strengthen Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED). In: **Rebuilding Crime Prevention Through Environmental Design**. Routledge, 2019. p. 58-74.

ROLDÃO, V. M. Patrulha rural georreferenciada com fundamento na filosofia de polícia comunitária-

ria. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 11, n. 2, p. 34–44, 28 dez. 2018.

SANTOS, M. L. F. BONIN, J. C. A segurança da propriedade rural: entre realidades e possibilidades. In: Seminário do Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão – SEDEPEX. 12. 2020, Caçador. **Anais [...]** Caçador: Uniarp, 2020, p.11-18.

SARAIVA, Miguel et al. Building a CPTED research culture in Portugal: a bibliometric and social network analysis. **Security Journal**, v. 34, n. 3, p. 429-457, 2021.

SEDUH-DF, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF. **Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal**. Disponível em: <http://www.seduh.df.gov.br/plano-diretor-de-ordenamento-territorial/>. Acessado em 24 de jul. 2022.

SEMA-DF, Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal. **Catálogo hidrográfico do Distrito Federal: toponímias dos cursos d'água**. Disponível em: <<http://www.sema.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/09/Cat%C3%A1logo-Hidrogr%C3%A1fico-Revis%C3%A3o-IV-18-07-17-Publicada.pdf>>. Acessado em 10 de dez. 2022.

SENNA, I. Prevenção Criminal pelo Design do Ambiente (CPTED) e o medo do crime: teoria, mensuração, efeitos e aplicações. Brasília. Universidade de Brasília, 2017.

SENNA, I. CPTED: **Prevenção Criminal pelo Design Ambiental, Pesquisa e aplicação na Polícia Militar do Distrito Federal**. Blitz Digital, 2021. Disponível em <<https://blitzdigital.com.br/cpted-prevencao-criminal-pelo-design-ambiental-pesquisa-e-aplicacao-na-policia-militar-do-distrito-federal/>>. Acesso em: 20 de jul. de 2022.

SENNA, I; VASCONCELOS, A. M. N.; IGLESIAS, F. Parque público e criminalidade: preditores ambientais da percepção de (in) segurança. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 14, n. 1, p. 1-22, 2021.

SKOLNICK, J. H.; BAYLEY, D. H. **Policciamento comunitário: questões e práticas através do mundo**. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: EdUSP, 2002. v. 6

WILSON, J. Q.; KELLING, G. L. Broken windows. **Atlantic monthly**, v. 249, n. 3, p. 29–38, 1982.